

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO? - UMA PROPOSTA DE PESQUISA

Alana Periquito de Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de pesquisa a ser desenvolvida na disciplina Prática da Pesquisa Geográfica II, no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do sudoeste da Bahia (UESB) que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso. A pesquisa pretende estudar a militarização das escolas públicas e as transformações no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no Colégio Municipal de Belo Campo – Bahia, que no segundo semestre de 2019, passou a ser uma escola militarizada. A pesquisa ainda tem o anseio de entender as mudanças ocorridas com esse novo modelo de gestão e os motivos que levaram essa escola a se inserir na rede de colégios militarizados. É importante destacar que, militarizar uma instituição de ensino e construir uma instituição militarizada tem impactos diferentes frente a comunidade escolar, visto que no primeiro caso, trata-se de uma imposição e aceitação e o segundo corresponde a uma opção que pode ou não ser aderida pelos pais e alunos. Esse trabalho também denota preocupação como a concepção de ensino gestada através da intervenção militar, assim como os reflexos na formação do indivíduo. A pesquisa, está em andamento, porém cabe destacar que a militarização do colégio Municipal de Belo Campo, ainda é um processo recente e teve as aulas cessadas em 2020, por conta da pandemia do Covid-19¹.

Palavras chave: Ensino; Militarização das Escolas Públicas; Processo Ensino e Aprendizagem.

Introdução

Devido ao aumento da violência no ambiente escolar, muitas instituições de ensino estão adotando a militarização como forma de conter essa violência e melhorar o ensino e aprendizado. Como ressalta Cabral (2018), um dos fatores que contribui para o aumento das escolas militarizadas, além da violência é o preconceito, por meio da visão de que adolescentes, em geral pobres e negros, são perigosos.

¹ “A COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês severe acute respiratory syndrome-associated coronavirus 2” (BRITO SBP *et al.* p. 55. 2020).

No propósito de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa será realizada em três etapas: na primeira será feita uma revisão teórica de artigos e livros, assim como *sites* oficiais. A segunda parte consiste na consulta ao projeto político pedagógico do Colégio Municipal de Belo Campo, a fim de analisar as mudanças ocorridas na unidade escolar com a militarização e entrevistas com professores e gestão, bem como aplicação de questionários aos alunos, com o objetivo de obter o perfil socioeconômico e suas vivências em um colégio militarizado. A relevância da pesquisa se dá, devido ao crescente número de escolas militarizadas no país e a necessidade de conhecimento sobre os reflexos desse ensino na formação do indivíduo.

No Brasil, o modelo de ensino militarizado ganhou uma evidência, em 2018, como proposta de candidatura do atual governo Jair Bolsonaro. Em 5 de setembro de 2019, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares foi implantado em parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Defesa, e apresenta um conceito de gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica, com participação do corpo docente da instituição de ensino e apoio dos militares (MEC, 2019).

A militarização se alia a discursos sedutores, com finalidade de diminuir o índice de violência e melhorar o processo de ensino e aprendizagem e se apresenta como solução para as deficiências e dificuldades enfrentadas nas escolas públicas. Nesse contexto, questiona-se por que a militarização é vista como opção de melhoria para escolas públicas com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB)? Quais as concepções de educação presentes no projeto de militarização das escolas? Por que a comunidade escolar e a sociedade em geral tem sido seduzidas pela militarização das escolas?

O Colégio Municipal de Belo Campo, através do convênio com a Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA) implantou o projeto de militarização e este foi assinado, no dia 10 de julho de 2019, pelo atual prefeito da cidade e o comandante geral da PMBA. As atividades iniciaram no segundo semestre do mesmo ano. Essa pesquisa questiona também os motivos que levaram o Colégio Municipal de Belo Campo inserir nessa modalidade e as vantagens e desvantagens que a gestão e professores do Colégio Municipal de Belo campo percebem com a militarização.

A cidade de Belo Campo- BA, localizada no centro-sul baiano, conta hoje com a primeira escola militarizada, implantada no segundo semestre de 2019. Uma parceria da Secretaria de Educação com a Polícia Militar do Estado da Bahia. Por ser um processo recente, ainda não constam trabalhos acadêmicos voltados para esse tema. E a pesquisa em

questão faz-se importante para tornar públicas as mudanças sociais e educacionais ocorridas na instituição de ensino com a inserção do novo projeto.

Caminhos metodológicos

A pesquisa faz parte dos estudos do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e será realizada no Colégio Municipal de Belo Campo (CMBC), envolverá os professores, coordenadores e alunos do ensino fundamental, por meio de algumas etapas, e por conta do momento de isolamento social, devido a pandemia do Covid-19, as coletas dos dados empíricos serão realizadas, de modo a atender as recomendações do Ministério da Saúde.

Num primeiro momento será feito um levantamento teórico, por meio de artigos acadêmicos e livros, de autores que abordam a temática sobre a militarização das escolas tais como Cabral (2018), Guimarães e Lamos (2018), Lima (2018), Alves e Toschi (2019), Cruz (2017), entre outros. Também serão realizadas leituras e fichamentos de teses e dissertações, através do *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem o do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para obtenção de informações de projetos em relação a modalidade de ensino abordada. Em seguida será realizada a consulta aos projetos políticos pedagógicos do Colégio Municipal de Belo Campo, atual e anterior ao processo de militarização a fim de verificar as mudanças pedagógicas ocorridas na unidade escolar com a nova gestão.

Em um outro momento serão realizadas entrevistas, através da ferramenta de reunião do *Google Meet*, com roteiro previamente estabelecido, direcionadas ao diretor e aos professores, com questões relacionadas ao funcionamento da escola, antes da militarização, os fatos que levaram a adoção desse Projeto, as mudanças ocorridas no aspecto organizacional e pedagógico e as vantagens e desvantagens da militarização. Aos alunos serão aplicados questionários pelo formulário do *Google Forms*, com questões socioeconômicas, a fim de obter dados sobre identificação, bairro de moradia, nível de escolaridade dos pais, renda per capita familiar, as vivências numa escola militarizada, entre outras.

Por fim, serão tabulados os dados e a transcrição das entrevistas, seguidos da construção de tabelas, gráficos e quadros (caso necessário) e a construção do texto monográfico.

Reflexões teóricas

No atual contexto da militarização das escolas públicas, professores e alunos se deparam com um modelo de ensino que impõe novas regras e condutas. Com isso, a comunidade escolar tem que se reorganizar para enquadrar a essa nova modalidade e esse processo requer uma reflexão dos profissionais de educação em relação as concepções de educação gestada pelos militares e sua relação com alunos, diante aceitação da gestão militarizada.

Nesse cenário, é importante destacar que militarizar uma instituição de ensino e construir uma instituição militarizada tem impactos diferentes frente a comunidade escolar, visto que no primeiro caso trata-se de um processo de imposição e aceitação e o segundo corresponde a uma opção que pode ou não ser aderida pelos pais e alunos. Por meio de um estudo das pesquisas realizadas sobre militarização de escolas públicas foi possível perceber que os trabalhos voltados a esse tema, tem se desenvolvido nos últimos anos, porém apresenta-se um crescimento ainda tímido.

De acordo com Cabral (2018), o processo de transferência da gestão das escolas públicas para Polícia Militar tem crescido “primeiramente, em razão do medo e da violência, e em segundo plano, em razão da visão negativa e preconceituosa de que adolescentes, em geral pobres e negros, são ameaçadores e perigosos” (CABRAL, 2018, p.14).

Guimarães e Lamos (2018) ressaltam que a violência adentrou os muros das escolas, em um movimento de fora para dentro, tornando-se um desafio de todas as esferas sociais, econômicas e políticas. Os mesmos afirmam que a violência no ambiente escolar é um problema mundial:

O fenômeno da violência no cenário escolar não é algo novo, e muito menos pontual, países como Estados Unidos, Portugal e o Brasil ratificam que esse é um problema mundial. Nesse sentido, diversos trabalhos tentam traçar um diagnóstico, expor soluções possíveis através de projetos de cunho social desenvolvidos tanto por educadores como pela sociedade civil, porque não se trata somente de um assunto restrito ao ambiente escolar (GUIMARÃES; LAMOS, 2018, p. 67-68)

Entende-se por militarização do ensino, qualquer interferência militar exercida no sistema educacional civil, que ocorre por meio de convênios estabelecidos entre as Secretarias de educação e as forças auxiliares de segurança pública (Polícia e Corpo de Bombeiros Militar). Essa parceria representa um retrocesso aos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Em específico o Art.206, incisos I, II, III, IV e VI.

Para entender essa retomada, é necessário contextualizar historicamente a partir de 1964, ano em que o Brasil vivenciou a ditadura militar. “Um período, por assim dizer,

caracterizado pela falta de democracia, por supressão de direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão aos que eram contra ao regime militar”. (RODRIGUES, 2012, p. 3). Segundo o autor, esse período foi sustentado por Atos Institucionais e o poder executivo passou a suprimir o poder legislativo, ressaltado como:

[...] uma prática de governo autoritária que de 1964 a 1985, em busca de combater a crise política e econômica que pairava sobre o território brasileiro, pôs um peso sobre os direitos humanos e sobre a democracia no país, exercendo uma influência direta aos diferentes grupos sociais, a economia, a cultura e principalmente as instituições de ensino. Neste momento, instaura-se um Estado que passa a atuar de forma repressiva impulsionado por uma ideologia que divulgava o perigo vermelho e a figura do inimigo interno, causando uma constante guerra interna entre os indivíduos (RODRIGUES, 2012, p. 5).

Durante esse período houve perseguição política aos professores, e mudanças foram efetivadas na educação que passou a ter um caráter tecnicista. Em 1971, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), torna obrigatória a Educação Básica do 1º e 2º graus. Com isso o número de matrículas no sistema educacional aumentou significativamente. As escolas passaram a serem um espaço de propagação do poder militar.

Entre 1970 a 2000 houve o crescimento no número de escolas públicas no país, sobretudo em 1990, no entanto não se percebeu um aumento no financiamento da educação pública, que não ultrapassou os 3% do Produto Interno Bruto (PIB). (GUIMARÃES; LAMOS, 2018). O autor afirma:

Esse crescimento das escolas brasileiras, tanto em termos do número de matrículas, quanto em suas responsabilidades, sem um respectivo aumento do financiamento, produziu como efeito uma espécie de “ampliação para menos” da escola brasileira (GUIMARÃES; LAMOS, 2018, p.67).

Dessa forma, a decadência na educação pública no Brasil se intensifica e a militarização das escolas ganha maior repercussão, sobretudo porque a adesão tem como consequência um investimento financeiro. Com isso a militarização ganha novos rumos, adentrando os muros das escolas públicas com objetivos pacificadores, através de restrições de liberdades e da hierarquia conservacionista.

Por meio de discursos agregadores, o modelo de ensino militarizado conquista a comunidade escolar, sobretudo os pais, os quais acreditam que os filhos se encontram em um ambiente seguro e com oportunidades melhores. Há, também, professores que lecionam em

escolas com alto nível de violência e enxergam, neste modelo, uma oportunidade de desenvolver seu trabalho com mais segurança. Além disso, ressalta-se as conquistas alcançadas pelas escolas que aderiram a militarização e tais conquistas são direcionadas para melhoria na nota do Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em relação a violência e a militarização das escolas públicas, Alves e Toschi (2019), ressaltam a importância de estudos que investiguem minuciosamente essa relação, destacando o caso de Goiás, que “apesar de ser o estado com maior número de escolas militarizadas do país, está entre os estados mais violentos na região Centro-Oeste” (ALVES; TOSCHI, 2019, p. 642), isso mostra que mesmo possuindo grande número de escolas militarizadas, a violência, ainda é algo presente na vida da população goiana.

Os mesmos afirmam que esse fenômeno não pode ser reduzido à questão educacional, ou seja, a secretaria de segurança pública precisa de medidas que vão além de militarizar as escolas, se atentando para políticas públicas que combatam a violência e diminua o número de homicídios, principalmente entre jovens que deveriam estar na escola (ALVES; TOSCHI, 2019).

As escolas militarizadas que alcançaram altas notas no Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB) e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) normalmente, possuem critérios de seleção para entrada dos alunos, entre eles, as provas, em que somente os melhores são aceitos na instituição de ensino. Isso configura um perfil de alunos diferentes das escolas públicas “convencionais”, esse termo será usado para se referir as escolas públicas de ensino básico, administrados por civis, sem a participação de Policiais Militares ou do Corpo de Bombeiro. As escolas militarizadas ainda contam com investimentos, tanto da Secretaria de Educação, como da Secretaria de Segurança Pública, além de taxas mensais de forma voluntária paga pelos pais de alunos. Com isso, essas escolas possuem benefícios superiores as demais instituições de ensino.

A educação pública alcançou grandes conquistas com a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o governo de José Sarney, primeiro civil a ocupar o cargo de presidente, após a Ditadura Militar de 1964. O Art. 206 da Carta Magna, assegura a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988, Art. 206). Nesse contexto a escola militarizada infringe a constituição ao cobrar taxas mensais. As escolas militarizadas de Goiás são caracterizadas por alguns autores, pela cobrança de taxas e uniformes com preços altos “impossíveis de serem custeados por famílias mais pobres” (ALVES; TOSCHI;

FERREIRA, 2018, p.277). Os mesmos, ainda ressaltam a exclusão de alunos indisciplinados e com problema de aprendizados, ao qual não se ajustam a estrutura da escola (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018).

Segundo o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) n.643/2019 “de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pelas polícias militares cresceu 212%” (BRASIL,2019, p.1) e percebe-se que muitas as escolas públicas, tanto estaduais como municipais aderiram a esse modelo, em prol da qualidade do ensino. Nesse contexto, é importante distinguir o conceito de Colégio Militar e escola militarizada também chamadas de cívico-militar, assim como as escolas que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, implantas no ano de 2019, pelo atual presidente do Brasil, uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com o Ministério da Defesa.

De acordo a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), os Colégios Militares no Brasil, correspondem a 14 unidades, distribuídas em 14 estados brasileiros, que atendem do Ensino Fundamental II (6 ° ao 9 ° ano) ao Ensino Médio, encarregada da assistência para os filhos de Militares e dependentes, e ressentimento aos filhos de civis, que passam por provas seletivas.

O objetivo da criação do colégio Militar defendido por Duque de Caxias em 1853 e 1862 era amparar os órfãos filhos de Militares da Armada e do Exército. Caxias não conseguiu concretizar seu desejo, somente em 1889, o ex Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, Tomas Coelho, através do Decreto n ° 10.202, de 9 de março de 1889, conseguiu a criação do Imperial Colégio Militar do Rio de Janeiro. Após esse, outros três Colégios Militares foram criados mais por razões políticas acabaram sendo extintos sobrando apenas em 1938 o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1955 o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, criou o Colégio Militar de Belo Horizonte, e nos anos posteriores, criou também o de Salvador, o de Curitiba e o de Recife (DEPA,2016).

A história dos colégios Militares no Brasil passa por conflitos políticos de avanço e interrupção. De acordo a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) setor responsável por coordenar as atividades de planejamento dessas instituições, os Colégios Militares (CM) são organizações militares que funcionam como estabelecimento de ensino, com o intuito de atender o ensino preparatório e assistencial. São instituições públicas custeadas pelo Ministério da Educação e o Ministério da Defesa.

Segundo o Centro de Referencias em Educação Integral (EI, 2019), para o governo, cada aluno de colégio militar custa três vezes mais que um aluno de escolas públicas

convencionais, acarretando em estruturas melhores e valorização do profissional, que como resultado alcançam notas satisfatório no IDEB. (MATUOKA, 2019)

Diferente dos Colégios Militares, as escolas militarizadas são instituições de ensino público que através de parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Segurança, firmam convênios, e a gestão da escola passar a ser compartilhada entre o diretor pedagógico e o militar encarregado.

Nesse caso, tem-se escolas públicas que passam a ter a participação de policiais militares na sua gestão. Segundo Nogueira (2014), “o termo militar serve para indicar os profissionais ou membros das instituições que possuem a autorização para o “uso legítimo da força” (NOGUEIRA, 2014, p. 147). Ainda segundo ao autor, o “uso legítimo da força”, indicado pelo termo militar, não coaduna com processos formativos dos sujeitos sociais e históricos que frequentam as escolas públicas de educação básica.

Um outro modelo semelhante, implantado através do decreto n 10.004, de 5 de setembro de 2019, é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com o Ministério da Defesa, que tem como objetivo implantar 216 escolas nesse modelo, até 2023, sendo 54 escolas por ano (MEC,2019). Para 2020, por meio dos critérios de seleção do MEC, foram selecionadas 40 escolas da rede estadual e 15 da rede municipal (MEC,2019). Antes da implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, o Brasil contava com 203 escolas nesse modelo. As escolas Cívico-Militares são extensões melhoradas das escolas militarizadas existentes. Segundo Ximenes; Stuchi e Moreira (2019):

Tais escolas seriam resultado de parcerias entre a União e os entes federativos interessados em implantar o modelo, que, segundo a proposta, contará com recursos orçamentários próprios do governo federal, embora estes ainda não tenham sido previstos na PLOA 2020 já apresentada ao Congresso Nacional (XIMENES, STUCHI E MOREIRA, 2019, p. 614).

A militarização das escolas públicas, se amplia desde 2013 e ganha um maior destaque, pois conta com o apoio de um Programa Federal, despertando a curiosidade e indignação de muitos pesquisadores que se opõem a esse modelo de ensino, mas que atrai de maneira convincente parte da comunidade escolar e sociedade, visto que a violência escolar é um problema social dentro das escolas públicas brasileiras.

Dessa forma, Silva e Krejci, (2019) chega e mencionar que o Brasil vivencia um colapso no sistema educacional brasileiro, denominando de “apagão educacional”. É inegável questionar de que forma, um órgão, responsável pela segurança pública, pode assegurar um ensino de qualidade, visto que as escolas possuem profissionais especializados na educação. Mesmo assim não conseguem subsídios necessários, os quais o Estado enxerga como um problema de segurança pública ao inserir a escola militarizada.

Considerações finais

A pesquisa está em andamento, porém depois das primeiras leituras realizadas foi possível observar que as escolas militarizadas tem algumas vantagens, no sentido de contenção da violência na escola e indisciplina, contudo essas instituições violam a Constituição Federal de 1988, quando se observa que no Art.206 que assegura a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, o pluralismo de ideias, assim como a liberdade de expressão (BRASIL, 1998), não são respeitados. Em algumas escolas militarizadas, como as de Goiás, por exemplo para alcançar os objetivos de melhoria no desempenho da nota do IDEB, na realização da matrículas os alunos passam por provas seletivas e cobranças de taxas, excluindo dessa forma, os alunos com problema de aprendizado e com problemas disciplinares, ou seja, as escolas que usam essa metodologia, não foram criadas para os jovens de baixa renda ou indisciplinado, causando dessa forma uma evasão escolar.

Para que as escolas militarizadas funcionem de forma democrática, primeiro é necessário incluir, ao invés de excluir, e o preconceito discutido por Cabral (2018), deve ser instinto do ambiente escolar, o respeito pela individualidade e a liberdade de expressão, devem ser conservados.

O processo de militarização do colégio Municipal de Belo Campo, ainda é um processo recente, porém teve as aulas cessadas em 2020, por conta da pandemia do Covid-19, que mobilizou o mundo, através dos altos número de contaminados. Com a realização da pesquisa, será possível analisar os motivos que levaram essa escola a se inserir na rede de colégios militarizados, assim como as mudanças ocorridas com a militarização, vantagens e desvantagens e as transformações no processo de ensino e aprendizagem.

Referências

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 633, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/96283>. Acesso em: 29 maio 2020.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa S. R. Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual. *In: Retratos da Escola*, Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br>. Acesso em: 14 maio. 2020

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Decreto Legislativo nº643 .de 2019 (Da Bancada do PSOL)., Liderança do Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=DECRETO>. Acesso em: 14 set.2020.

BRASIL. **Congresso Nacional. Senado Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/> Acesso em: 22 abril.2020.

BRASIL. **Ministério da Educação - MEC** Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/> Acesso em: 15 abril.2020.

BRITO SBP et al. Revisão narrativa da pandemia da COVID-19, **Revista visa em debate, sociedade, ciência e tecnologia**. 2020. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103209/2020_p-028. Acesso em: 24 mar. 2021.

CABRAL, Jefferson Fernando Ribeiro. **A Militarização da Escola**: um debate a ser enfrentado. 2018. 145f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté. São Paulo. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2016/dissertacoes/mdh/Jefferson-Fernando-Ribeiro-Cabral.pdf> Acesso em: 22 abril.2020.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr. Disponível em: [file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20\(4\).pdf](file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20(4).pdf). Acesso em: 22 abril.2020.

DEPA. **Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial – DEPA**, c2016. Disponível: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil> Acesso em: 26 mai.2020.

MATUOKA, Ingrid. As diferenças entre escola militar, cívico-militar e pública. **Centro de Referencias em Educação Integral – EI**, 2019. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/as-diferencas-entre-escola-militar-civico-militar-e-publica/> Acesso em: 30 mai.2020.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação militar no Brasil: um breve histórico. **CAMINE: Caminhos da Educação**, Franca, v. 6, n. 1, p. 146-172, jun. 2014. ISSN 2175-4217. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RODRIGUES. Samuel de Oliveira. A lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1971: o ensino médio no contexto autoritário da ditadura militar (1964- 1985). **Revista eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL**. Londrina, Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: [file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Downloads/4004-15268-1-PB%20(2).pdf) Acesso em: 22 abril.2020.

SILVA, Keythellem Silveira; KREJCI, Rosali. Apontamentos sobre militarização das escolas públicas. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 10, n. 3, dez. 2019. ISSN 2236-2649. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/ojs302/index.php/episteme/article/view/1689>. Acesso em: 07 mar. 2021.

XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 35, n. 3, p. 612, dez. 2019. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/96483/55499>. Acesso em: 21 mar. 2021. doi:<https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96483>.

SOBRE OS AUTORES

Alana Periquito de Oliveira

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Membro do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG)
alanaoliveira0358@gmail.com

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio

Doutora em Geografia (UFS- Brasil); Professora Adjunta do Departamento de Geografia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB- Brasil); Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED); Líder do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia (GRUPEG) e membro do Núcleo de Análise em Memória Social e espaço (NUAMSE) andrecksa.oliveira@uesb.edu.br